

# **Exclusão na escola no contexto das políticas afirmativas: reprovação e evasão no IFBA-Barreiras sob o olhar dos atores envolvidos no processo**

**MARIA DO CARMO GOMES FERRAZ**

Mestranda em Educação pela UFBA

Pedagoga – IFBA/Barreiras

*docarmoferraz@gmail.com*

**ROSILDA ARRUDA FERREIRA**

Doutora, Universidade Federal da Bahia

**RESUMO:** Este artigo apresenta o projeto pesquisa do mestrado na Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tratará dos fenômenos da reprovação e da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Barreiras (IFBA), no período de 2010 e 2014. O estudo justifica-se por acreditar que a eficácia precisa ser considerada como um dos indicadores de uma Educação de Qualidade, e que possa promover a equidade. O problema da pesquisa busca responder as seguintes indagações: como os professores, discentes, pais e estudantes e profissionais que atuam no setor pedagógico do Instituto percebem e explicam os fenômenos da reprovação e da evasão escolar nos cursos de ensino Médio Integrado à Educação Profissional? Qual o perfil dos estudantes reprovados e evadidos com relação ao gênero no contexto das políticas de ações afirmativas? Adotaremos como procedimentos metodológicos o método misto. Uma pesquisa empírica será realizada por meio da adoção de entrevista semiestruturada. O *lôcus* da pesquisa será o IFBA - Campus Barreiras e as residências de alguns estudantes.

**Palavras-chave:** Reprovação. Evasão. Exclusão. Equidade. Educação de Qualidade.

## **1. INTRODUÇÃO**

Ao longo da nossa trajetória profissional como técnica em assuntos educacionais no Instituto Federal de Educação Tecnológica da Bahia, Campus de Barreiras (IFBA), iniciada em 1994, atuando em diversos setores da escola, (Chefia do Departamento de Ensino, Coordenação Pedagógica, entre outros), percebemos um quadro preocupante com relação aos altos índices de repetência e evasão escolar, especialmente nas séries iniciais dos cursos oferecidos pelo Instituto, confrontando-se com a intenção de consolidar a perspectiva de uma escola eficaz e inclusiva.

No atendimento aos pais ou aos responsáveis pelos alunos e mesmo no atendimento a alguns discentes temos nos deparado com suas angústias e preocupações com relação ao desempenho acadêmico, o que nos ensinou a tentar entender o fenômeno

da reprovação e da evasão escolar no Instituto, motivo da nossa inquietação e de mobilização para pesquisar a problemática.

Os fenômenos da evasão e da reprovação escolar não podem ser estudados sem considerar o contexto geral da educação no nosso país e suas contradições, especialmente com relação ao desempenho acadêmico dos alunos da rede pública, o que pode ser evidenciado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que nos anos finais do Ensino Fundamental em 2011 foi de 3.9, enquanto na rede privada alcançou 6.0, segundo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A reprovação e a evasão escolar excluem uma parcela considerável de jovens do ensino técnico e tem seus fundamentos num amplo conjunto de fatores que merecem ser pesquisados de uma maneira mais sistematizada para uma melhor compreensão dessa problemática. Uma dessas possibilidades é tratar da questão à luz da percepção e opiniões dos principais atores envolvidos no processo, ou seja, docentes, discentes, pais de alunos e profissionais que trabalham na Instituição.

Quando se questiona a necessidade da garantia de uma escola de qualidade não excludente e não seletiva coloca-se em pauta o direito ao exercício da cidadania plena. Cidadão, para Bordignon (2008, p. 158), “é aquele que faz história, portanto é governante, não apenas de si mesmo, mas do caminhar da humanidade”. Sendo assim, a reflexão sobre o perfil dos alunos reprovados e evadidos, bem como o ponto de vista de cada um dos atores da comunidade escolar sobre o desempenho dos alunos, tem relevância na hora da elaboração das estratégias de mudança, o que coloca em discussão o relevante tema da avaliação do processo educacional, de seus indicadores de qualidade, bem como de sua gestão na perspectiva de uma escola cidadã defendida pelo citado autor.

Segundo Franco et al 2007, a escola faz a diferença quando considera os seguintes aspectos: possui clima acadêmico favorável com ênfase em passar e corrigir os deveres de casa; usa equipamentos adequadamente conservados; organiza um cantinho de livros dentro da sala de aula e mantêm um bom clima disciplinar na sala de aula; quando a liderança do gestor propicia o trabalho coletivo entre os educadores e comunidade escolar e dispõem de recursos propiciando autonomia para a gestão. Assim, políticas de qualidades não promovem, necessariamente, equidade intraescolar, pois: “políticas de

qualidades precisam ser acompanhadas por políticas de equidade intraescolar” (FRANCO et al, 2007, p.294).

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o fenômeno da evasão escolar e da reprovação dos alunos do IFBA, Campus de Barreiras, a partir de suas relações com as categorias de gênero, etnia e rede de ensino de origem, e das percepções dos sujeitos envolvidos no processo no contexto das políticas de ações afirmativas implantadas no Instituto.

No ano letivo de 2012, conforme relatório do conselho de classe final do Instituto, os índices de reprovação dos cursos técnicos profissionalizantes na modalidade integrada de nível médio, apresentaram os seguintes resultados: o Curso Alimentos e Bebidas obteve um índice de reprovação de 45,3%, seguido do curso de Edificações com percentual de reprovação de 43,2%, e do curso de Informática com um índice de reprovação de 32,2%. Estes percentuais merecem uma análise do significado do seu impacto para a problemática da exclusão na escola, o que nos leva a propor as seguintes inquietações a serem investigadas: como os professores, discentes, pais de alunos e profissionais que atuam no Instituto percebem e explicam os fenômenos da reprovação e a evasão escolar nos cursos técnicos profissionalizantes? Qual o perfil dos alunos evadidos e reprovados com relação à rede de origem, gênero e etnia no contexto das políticas de ações afirmativas?

O estudo proposto utilizará métodos mistos onde serão realizadas entrevistas semiestruturadas, bem como haverá o levantamento das categorias citadas com a base de dados da CORES - Coordenação de Registros Escolares do Instituto. Será utilizado, ainda, o software IBM SPSS (Statistic Package for the Social Science) versão Windows, para análise estatística descritiva dos dados.

## **2. JUSTIFICATIVA**

A importância de se estudar os fenômenos da evasão e repetência justifica-se no sentido de que uma instituição deve avaliar e refletir sobre a sua função e a sua prática, ou seja, acerca de seu fazer pedagógico, com vistas à busca da eficácia e da equidade, bem como cumprir o seu papel social e histórico que a comunidade lhe confiou.

A escola não deve excluir e, sim, acolher, garantindo o direito à educação como determina a Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96).

Assim, a escola explicita a limitação da desigualdade de oportunidades que marcam significativos grupos de jovens brasileiros. Entretanto, ela é um espaço importante de reflexão, de experiência, e luta por direitos (ANDRADE; FARAH NETO, 2007).

Com base nas afirmações desses pesquisadores no Brasil, houve uma democratização no que diz respeito ao acesso e permanência dos jovens de 7 a 14 anos na escola em função da universalização do Ensino Fundamental. No entanto, afirmam que, em função do abandono precoce, as entradas e saídas sinalizam para as trajetórias irregulares de diferentes grupos de jovens que vivenciam e percorrem o sistema de ensino, ou seja, para uma diversidade quanto ao acesso, e à permanência dos jovens brasileiros na escola. Portanto, o grande desafio do sistema de educação é a garantia da permanência dos seus estudantes.

No que diz respeito ao desempenho dos alunos do IFBA-Barreiras foi evidenciado, no ano letivo de 2013, um elevado índice de reprovação nas séries iniciais dos cursos técnicos da modalidade integrada, que foi de 49,0% do universo dos alunos matriculados, conforme Tabela 2. Quando comparamos esse resultado com aquele apresentado pelos alunos cotistas encontramos uma diferença significativa, com um índice de reprovação dos alunos cotistas de 69,3%, conforme Tabela 1. Aspecto que precisa ser investigado, inclusive com relação às outras modalidades de ensino que são ministradas no Instituto. O IFBA vem adotando, desde 2006, o sistema de cotas com resolução nº 10/2006 do Conselho Diretor.

**Tabela 1** - Desempenho dos alunos cotistas no ano letivo de 2013, no IFBA, Campus de Barreiras, nas séries iniciais na modalidade integrada.

CURSO	Nº	%	AP	%	RP	%	CAN	%	TRANS	%
INFOR	44	100	14	31,8	29	65,9	-	-	01	2,2
ALIM	24	100	03	12,5	18	75,0	01	4,1	02	8,3
EDIFI	43	100	06	13,9	30	69,7	02	4,6	05	11,6
TOTAL	111	100	23	20,7	77	69,3	03	2,7	08	7,2

**Fonte:** Elaboração da autora a partir dos dados da CORES – Coordenação de Registros Escolares

**Tabela 2** - Desempenho dos alunos no ano letivo de 2013, no IFBA, Campus de Barreiras na série inicial na modalidade integrada.

CURSO	N°	%	AP	%	RP	%	CAN	%	TRANS	%
INFOR	116	100	55	47,4	52	44,8	-	-	9	7,7
ALIM	93	100	36	38,7	51	54,8	1	2	4	4,3
EDIFI	123	100	48	39,0	60	48,7	2	1,6	13	10,5
TOTAL	332	100	139	41,8	163	49,0	3	0,9	26	7,8

**Fonte:** Elaboração da autora a partir dos dados da CORES – Coordenação de Registros Escolares

A evasão e a reprovação escolar excluem e não contribuem para a equidade. Tampouco para a concretização de uma educação como um direito constitucional e humano. Ademais, a reprovação acarreta um prejuízo financeiro e os investimentos na área educacional poderiam ser otimizados, de forma eficiente, e o montante financeiro reinvestido na própria revitalização da rede pública de ensino em termos de infraestrutura.

### 3. OBJETIVO GERAL

Compreender o fenômeno da evasão escolar e da reprovação dos alunos do IFBA/ Campus de Barreiras, a partir de suas relações com as categorias de gênero, etnia e rede de ensino de origem e das percepções dos sujeitos envolvidos no processo, no contexto das políticas de ações afirmativas.

#### 3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1- Construir um diagnóstico dos índices de evasão e reprovação nos cursos técnicos profissionalizantes do IFBA/Campus de Barreiras, no período 2010 a 2013;

2- Relacionar os resultados escolares dos alunos com o seu perfil quanto à rede de ensino de origem, gênero e etnia no contexto das políticas de ações afirmativas;

3-Identificar os principais programas de ações afirmativas que estão sendo implementados do IFBA/Campus de Barreiras.

4- Aprender as percepções dos pais, alunos, professores e profissionais que atuam na escola acerca do fenômeno da reprovação e evasão escolar no Instituto.

Para avançar na consecução dos objetivos propostos apresentamos, na sequência, uma revisão da literatura para compreender alguns conceitos que perpassam o nosso objeto de estudo, tais como: fracasso escolar, exclusão social, repetência, evasão escolar, equidade e eficácia. Para tanto, recorreremos a alguns pesquisadores, dentre os

quais destacamos: Andrade e Neto (2007), Arroyo (2010), Aquino (1997), Azevedo (2013), Bobbio (1999), Boneti (2010), Bordignon (2008), Brandão (1979), Brooke e Soares (2008), Charlot (2013), Dionisio (2012), Dore e Lüscher (2011), Dupas (2008), Franco (2008), Ferreira (2010), Ferraro (2004), Franco (2008), Jacomini (2010), Kovacs (2004), Marchesi e Péres (2004), Murillo (2008), Moreira (2012), Padilha e Oliveira (2013), Paro (2001), Patto (1990), Ribeiro (2003), Rovira (2004), Santos (1992), Saviani (2008-2011), Tenório (2010), Sposati (2010), Sammons (2008).

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

“A desigualdade dos diferentes enquanto humanos é a forma mais radical da produção das desigualdades.”

(ARROYO, 2010)

A educação como direito público subjetivo, garantido pela Constituição Federal de 1988, é um dos componentes básicos para uma sociedade democrática que pretende atender as suas demandas e na perspectiva da consolidação da cidadania plena, da democracia, da justiça social, e da equidade.

A questão da equidade relaciona-se, portanto, com a educação inclusiva e com a inclusão social. É importante que sejam ampliados além das políticas direcionadas à educação especial. Nesse sentido concordamos com Padilha e Oliveira (2013) quando colocam que:

O próprio fato de haver tantas subdivisões ou categorizações de *esferas políticas* da educação parece ser indício da dificuldade de estudar o fenômeno e do desafio, maior ainda, de diminuir a marginalização de grupos com características distintas. Consideramos que a abordagem desses conceitos implica, ainda, não limitar o debate ao estudo das políticas afirmativas que objetivam eliminar desigualdades históricas que estão acumuladas e cujo clamor de grupos excluídos é por compensar perdas irreparáveis gestadas pela intolerância, pelo preconceito e pela discriminação, étnica ou religiosa (PADILHA; OLIVEIRA, 2013, p. 18).

A inclusão, assim, passa a ter muitas faces no enfoque que as autoras defendem dando prioridade aos aspectos sócio históricos, políticos e éticos. Por isso, a inclusão precisa considerar a luta dos diversos segmentos excluídos da sociedade e não somente

na perspectiva da educação escolar, mas de um projeto de sociedade construída com a luta dos homens na construção da sua história.

Como sistematizou Feres Júnior (2007), as políticas de ação afirmativa têm justificativas em três eixos básicos, a saber: na reparação histórica, na justiça social e na diversidade. Assim, as instituições de nível superior têm implementado as ações afirmativas, apesar das resistências existentes no campo social, bem como na política. Portanto, entendemos que necessário se faz uma avaliação de todo esse processo de ingresso e permanência na perspectiva da concepção de reparação histórica e justiça social a partir da aprovação da lei que aborda essa temática.

Nesse sentido, a lei nº12.711/2012 garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nas instituições federais de educação, ciência e tecnologia para estudantes que tenham cursado o Ensino Médio na rede pública ou educação de jovens e adultos.

Ações afirmativas correspondem ao conjunto de medidas especiais que têm por objetivo possibilitar que segmentos sociais excluídos possam ser incluídos na sociedade como sujeitos de direitos, na tentativa de eliminar as desigualdades e segregações existentes no contexto social de uma dada sociedade

Para dar conta dessa função a educação formal, através do sistema educacional, enquanto produção histórico-cultural, precisa ser compreendida e analisada em relação ao seu papel estratégico na sociedade. Todavia, quando a instituição de ensino não é eficiente em seus objetivos, ou seja, seu fazer pedagógico, bem como compreender as diversidades de subjetividades, a mesma precisa ser repensada, avaliada para a sua efetivação e para possíveis mudanças de rumo.

Assim, destaca-se a importância do sistema educacional e de sua relevante contribuição para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade do ponto de vista econômico e cultural. Portanto, a escola passa a ser local privilegiado na construção e socialização do conhecimento acerca dos grandes desafios da humanidade no que diz respeito à própria sobrevivência da humanidade no planeta, da solidariedade, da fraternidade, da crítica à sociedade e do seu modelo, na medida em que é um local de diálogo que influencia na construção das subjetividades, da humanização, da socialização, da subjetivação/singularização que se constituem em dimensões indissociáveis. (CHARLOT, 2013; PARO, 2001)

Desse modo, ter acesso ao ensino não é garantia de ser beneficiado por ele, pois pode ocorrer o processo de “marginalização por dentro”, (BOURDIEU apud ANDRADE; FARAH NETO, 2007, p. 77). A escola é habitada por excluídos potenciais. Nessa linha de raciocínio, a equidade para ser atingida dependeria da boa qualidade da escolaridade básica, como garantia dos direitos humanos, quando afirmam que “para tanto, os sistemas educacionais que não respeitam clara e decididamente os direitos humanos não podem ser considerados de boa qualidade, já que a qualidade é pré-requisito fundamental para atingir a equidade” (ANDRADE; FARAH NETO, 2007, p.77).

Em sua obra, “A reprodução, elementos para uma teoria do sistema de ensino”, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2013) revelam a função ideológica do sistema escolar francês, quando o mesmo realiza uma seleção social, baseado nos critérios culturais da classe hegemônica no poder, logo, o sistema de ensino seria caracterizado por uma “*duplicidade funcional*”, que reproduz a estrutura das relações de classe, legitimando a ordem estabelecida na sociedade, isto é:

Para preencher simultaneamente sua função social de reprodução das relações de classe, assegurando a transmissão hereditária do capital cultural e sua função ideológica de dissimulação dessa função, inspirando a ilusão de sua autonomia absoluta. [...] O sistema de ensino só consegue de desincumbir tão perfeitamente de sua função ideológica de legitimação da ordem estabelecida porque essa obra- prima do mecanismo social consegue dissimular, como por um encaixe de duplo fundo, as funções que, em uma sociedade dividida em classes, unem a função de inculcação, isto é, a função de integração intelectual e moral, à função de conservação da estrutura das relações de classe característica dessa sociedade (BOURDIEU; PASSERON, 2013, p. 236).

Assim, existe uma relação entre sistema de ensino e a estrutura das relações de classe, sendo essa uma justificativa ideológica que ocorre por meio do *habitus*, e a escola é mecanismo de formação desse. Portanto, existe influencia direta entre a origem social e o êxito escolar.

Assim, podemos dizer que houve uma democratização limitada quanto ao acesso à escola, no Brasil, na medida em que não houve, necessariamente, uma interseção entre o direito ao acesso e o direito à aprendizagem para todos os estudantes.

A não articulação entre o direito ao acesso e o direito à aprendizagem constitui um desrespeito aos direitos humanos, conforme sinalizam Andrade e Farah Neto (2007). Segundo esses autores:

Vale lembrar que a Conferência Mundial das Nações Unidas a respeito dos Direitos humanos, realizada em Viena, em 1993, reafirmou o caráter individual e independente dos Direitos Humanos anunciando que os direitos econômicos sociais e culturais (Desc), que incluem a educação precisam ser considerados com o mesmo nível de importância que os direitos civis e políticos, sendo, portanto, de responsabilidade de todas as instâncias governamentais. Em outras palavras àqueles que detêm o poder econômico e político, em todos os níveis, precisam respeitar e proteger esses direitos (ANDRADE; FARAH NETO, 2007, p.77).

Assim, as políticas públicas de inclusão social precisam estar articuladas com ações que garantam a permanência dos estudantes com sucesso na escola, considerando a sua realidade social, suas vivências e sua condição histórica, cultural e econômica para a construção de uma escola eficaz que garanta a equidade, ou seja, a educação para todos e como direito do cidadão.

## **5. METODOLOGIA**

Com relação à metodologia, esta pesquisa adotará os métodos mistos em função da especificidade da pesquisa proposta que terá duas vertentes, sendo: uma quantitativa em que buscará estabelecer associações estatísticas entre o resultado dos alunos e as variáveis: gênero, origem da rede escolar e etnia; e uma qualitativa, em que buscará apreender as percepções dos atores envolvidos no processo, portanto, justifica-se a utilização dos métodos mistos. Será utilizado o software IBM SPSS (Statistical Package for the Social Science) Windows 22.0, para análise estatística.

Com relação ao instrumento entrevista semiestruturada, será utilizado um roteiro de perguntas, levando em consideração uma sequência previamente estabelecida a partir do objetivo geral da pesquisa.

Com relação ao primeiro objetivo: construir um diagnóstico dos índices de evasão e reprovação nos cursos técnicos profissionalizantes do IFBA/Campus de Barreiras, no período 2010 a 2013, será desenvolvido, a partir do banco de dados da CORES, o levantamento quantitativo dos índices reprovação e evasão nos diversos

curso da Instituição. Será utilizado o software IBM SPSS (Statistical Package for the Social Science) Windows 22.0, para análise estatística.

## 6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES

Para a análise dos dados dos objetivos específicos um e dois serão utilizados os recursos da estatística descritiva para caracterizar o perfil com relação à rede de ensino originária dos alunos, o gênero e a etnia fazendo uma triangulação com os resultados percentuais dos alunos reprovados e evadidos.

Com relação ao objetivo específico três será feita uma entrevista com as assistentes sociais do Instituto sobre quais as ações afirmativas que estão sendo implementadas no instituto.

Com relação ao objetivo específico quatro os resultados dos dados, obtidos através das entrevistas, após serem organizados e sumariados, os mesmos serão interpretados acerca da compreensão e sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre a evasão e a reprovação escolar nas várias categorias interpretativas possíveis apresentadas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil. In: SOARES, J. F.; BROOKE, N. **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ANDRADE, E. R.; FARAH NETO, M. Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação. In ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESSEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares a respeito a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Educação e Diversidade; UNESCO, 2007. - (Coleção Educação para todos).

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010 1381Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em: 25 de abr. de 2015.

BORDIGNON, G; GRACINDO, R. V. Gestão da Educação: o Município e a Escola. In: FERREIRA, N.S. C; AGUIAR. M. A. S ( Orgs) **Gestão da Educação: Impasses perspectivas e compromissos.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C.. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**; tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baete. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2013.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica: 2012** – Resumo técnico – Brasília, 2013c. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf). Acesso 23: de jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal Nº 2406/97. Regulamenta a Lei nº 8.948. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2406\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2406_97.pdf) . Acesso em: 20 de jun. 2014.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf)> Acesso em: 12 de fev. de 2014.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n.119, p. 29-45, julho/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>. Acesso em 27 de dez. 2014.

FERES JÚNIOR, J. **Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos do Brasil, Estudos Afro-Asiáticos**, v. 29, p. 63-84, 2007.

FERES JÚNIOR, J.; ZONINSEIN, J.. **Ação afirmativa e desenvolvimento**. In Ação afirmativa e universidade experiências nacionais comparadas. FERES JÚNIOR, J.; ZONINSEIN, J. (Orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

FERREIRA, N.S.C.e AGUIAR, M. A. S. (Orgs.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos** – 6..ed. - São Paulo: Cotez, 2008.

FRANCO, C. **Qualidade e equidade em educação: considerando o significado de “fatores infra-escolares**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a07v1555.pdf>. Acesso em: 25 de ago. de 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**.13. ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1983.

FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. **Educ. Soc.**, v.23, n. 80 setembro/2002. P. 2999-325. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/cesso>. Acesso em: 13 de mai. de 2014.

PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, I. M. **Inclusão escolar, diversidade desigualdades sociais**. In: PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, I. M. (Orgs). Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, São Paulo; Papirus, 2013.